

REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Lucas Maia*

Gabriel Teles**

Introdução

A juventude é o setor da sociedade que mais vem se mobilizando politicamente no Brasil. As classes trabalhadoras desprivilegiadas, dos mais diversos ramos de atividade (operários, camponeses, trabalhadores domésticos, serviços, desempregados etc.), ainda não se apresentaram no cenário político brasileiro de forma autônoma e independente. A juventude, sobretudo o movimento estudantil, vem desde o início dos anos 2000 se organizando e se mobilizando de diversas formas. Ao se colocar como um grupo social mobilizado politicamente, acaba por fazer vários apontamentos para os próprios trabalhadores de como se organizar e agir politicamente em defesa de seus interesses.

O debate que é necessário travar hoje é com relação à forma e objetivos da luta que a juventude, enquanto grupo social, vem desenvolvendo. Para tanto, é forçoso discutir as organizações estudantis. É somente por meio da organização que a luta se desenvolve. Contudo, não é qualquer tipo de organização que interessa à luta política com vistas à transformação social.

Cabe por agora estabelecer a diferença entre movimento da juventude e movimento estudantil. O primeiro é mais amplo que o segundo, sobretudo, em sua composição grupal. O movimento da juventude tem como grupo social a juventude, enquanto o movimento estudantil são os estudantes o grupo social que o compõe.

Nesse sentido, quais são as formas políticas estudantis existentes hoje? Existem pelo menos dois grandes grupos de organizações estudantis, aquelas que denominamos instituições burocráticas e aquelas que podemos qualificar como organizações autônomas. O que são instituições burocráticas? O que são organizações autônomas? Antes de responder tais questões, é necessário também debater a juventude como grupo

* Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Doutor em Geografia. Militante autogestionário. E-mail: maislucas@yahoo.com.br.

** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Mestrando em Sociologia pela UFG. Militante autogestionário.

social, pois trata-se de um grupo policlassista, ou seja, os jovens são oriundos de várias classes sociais, o que inclusive complexifica a luta política juvenil. Jovens de classes privilegiadas tendem a se envolver menos, bem como se opor à mobilização articulada por jovens vindos das classes trabalhadoras desprivilegiadas.

Assim, objetivamos, neste breve texto, responder às questões levantadas, apresentando uma contribuição de caráter teórico aos estudantes que estão encaminhando na prática as lutas em andamento pelo país, pois, lembrando aqui uma frase de Karl Marx (1989) em sua polêmica contra Proudhon: “A teoria, quando na cabeça das massas, converte-se ela também em força material”.

Juventude e contestação social

É comum ouvir-se falar na eterna revolta da juventude, mas existiria, em contrapartida, uma juventude da revolta. A primeira coisa a constatar é que este grupo social que hoje identificamos como juventude é construída socialmente e historicamente determinada. Nem sempre existiu. Por exemplo, na idade média, a palavra jovem era utilizada para designar pessoas a partir de 50 anos de idade. Contrariamente ao que é comum afirmar-se, o fenômeno da juventude não é um produto do desenvolvimento etário, biológico, psicológico dos indivíduos, embora o acompanha. Desde que há ser humano, sempre houve um desenvolvimento etário, biológico e psicológico dos indivíduos, mas nem sempre e nem em todas as sociedades houve juventude como grupo social.

A juventude é um grupo social formado na e pela sociedade capitalista e os seguintes elementos compõem sua constituição (VIANA, 2014). Os jovens são um grupo social em processo de ressocialização, ou seja, estão saindo daquilo que definimos como sendo crianças para aquilo que caracterizamos como idade adulta. Outro elemento é a ciência (biologia, psicologia, sociologia etc.) que, através de suas ideologias, cumprem um importante papel na afirmação da identidade jovem. O mercado consumidor é outro elemento neste processo. Para o capital se reproduzir, é necessário criar sempre novos nichos de mercado: a juventude é um deles. Músicas, filmes, roupas, esportes, aparelhos tecnológicos, jogos etc. são criados para este grupo social. Os meios de comunicação, através da publicidade, são outra determinação na formação da identidade juvenil, pois

produzem nos jovens um sentimento de identidade que os levam a consumir as mesmas coisas. A última determinação na constituição da identidade jovem é o Estado, que através das suas leis determina quem é menor de idade, maior, adulto etc.

A juventude é, portanto, uma invenção. É um produto social típico da sociedade capitalista. Entretanto, após ter sido criada, passa a ser ela também um sujeito que intervém na dinâmica da sociedade e é isto que lhe permite agir politicamente. A juventude vive uma contradição congênita: deseja a liberdade, autonomia etc., mas rejeita/teme as “responsabilidades” da vida adulta. Em outras palavras, a sua ressocialização, sua inserção na vida adulta (trabalho, casamento, responsabilidades etc.), é aceita e negada pelos jovens. É, portanto, um processo marcado por inúmeras contradições.

Os jovens, por estarem “livres” das misérias da vida adulta, dispõem de mais tempo e liberdade para contestar, lutar, agir politicamente. Se perderem emprego, por exemplo, não têm ainda, família para sustentar, contas para pagar etc. Isto varia, naturalmente, com a classe social. Jovens das classes desprivilegiadas têm mais dificuldades, além de entrarem mais cedo na vida adulta. Porém, contraditoriamente, são os que mais necessidade tem de entrarem na luta, justamente pelo fato de suas condições de existência ser mais precárias. Isto os predispõe mais à luta do que os jovens oriundos das classes privilegiadas (burguesia, burocracia, intelectualidade), sendo, contudo, também recorrente que jovens destas classes, entrem em algum momento em processos políticos devido em grande medida às condições acima aludidas.

Assim, a juventude é um grupo social que devido suas características, identidade, posição na divisão social do trabalho etc. intervém politicamente, seja num sentido conservador e/ou revolucionário. De um ponto de vista conservador, ou seja, que reproduz esta sociedade, existem seguimentos da juventude, como os *skinheads*, por exemplo, que reproduzem ideias e práticas neonazistas, portanto, conservadoras.

Entretanto, em determinados momentos históricos, a juventude age de forma a questionar não só sua inserção na famigerada vida adulta do capitalismo com seu trabalho alienado, sua vida burocrática e mercantil, mas também a própria sociedade capitalista como um todo. São nestes momentos em que os jovens lutam contra o mundo

de opressão a que são submetidos. A revolta estudantil na França em 1968 é um dos exemplos mais clássicos deste processo, no qual os jovens, ocupando as escolas, universidades, centros de formação profissional etc. discutiam e propunham formas alternativas de estudo, de organização política, de sociedade. Neste momento, os operários pulavam os muros das universidades exigindo outra formação e os estudantes pulavam os muros das fábricas exigindo outro trabalho.

Mas, para não ficarmos em exemplos muito distantes, voltemos a 2003, Salvador/Bahia. Os estudantes, principalmente os secundaristas, saíram em megamanifestações de rua protestando contra o aumento da tarifa de transporte e exigindo passe livre estudantil. Estas manifestações não foram lideradas por partidos políticos nem pelas tradicionais organizações estudantis UBES, UNE, Uniões Estaduais etc. Foram autônomas, descentralizadas, espontâneas e auto-organizadas.

Assim, podemos dizer que o capitalismo criou a juventude, mas esta criatura, agora, tem força e capacidade política de contribuir para a destruição de seu criador.

Auto-organização X instituições burocráticas

A sociedade capitalista é marcada pela luta de classes. As várias classes de que se compõe a sociedade moderna, ao defender seus interesses particulares, acabam por entrar em conflito com outras classes que defendem também seus interesses particulares. Esta disputa generalizada por interesses mais ou menos mesquinhos empurra os indivíduos de uma determinada classe a se mobilizar politicamente, ou seja, agir conjuntamente com os demais membros de sua classe. Não existe, pois, uma luta do indivíduo contra a sociedade, mas sim, um conflito generalizado entre grupos e classes antagônicas.

Por exemplo, no fim do regime feudal, os artesãos, organizados nas corporações de ofício, impunham certa resistência ao poder dos comerciantes e capitalistas manufatureiros que encontravam certa dificuldade em realizar seus empreendimentos nas cidades dominadas pelas corporações de ofício. Como se vê, a luta de classes e necessidade de criar organizações para defender seus interesses de classe não é uma criação dos operários modernos. É algo inerente a todas as sociedades de classe e isto está posto para nós nos nossos dias.

Quando o modo de produção capitalista se consolida, afirmando a relação conflituosa entre classe capitalista (proprietária dos meios de produção) e classe operária (proprietária unicamente de sua força de trabalho), estabelece-se aí uma luta entre dois grandes grupos de interesse. Por exemplo, a classe capitalista visa aumentar a produção, produtividade, ampliar seus lucros, diminuir custos etc. Estes são interesses conscientes da classe capitalista. A classe operária, por seu turno, defende diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial, melhores condições de trabalho, ampliação de seus direitos etc. Estes dois grupos de interesses são inconciliáveis. Em algum momento, ele tem que aparecer e de fato aparece como conflito político.

Quando isto acontece, quer dizer que os operários se unificam em organizações para defender coletivamente seus interesses. Da mesma forma, a classe capitalista também o faz. Historicamente, os operários inventaram inúmeras formas de mobilizar politicamente suas ações em defesa de seus interesses. Surgiram assim, ao longo da história, as associações de apoio mútuo, as associações culturais, as cooperativas, os sindicatos, os partidos políticos socialistas etc. Também a classe capitalista se mobiliza coletivamente, pois também ela sabe que a luta de classes não é uma luta de um contra todos, mas sim, de uma classe contra outra. É assim que no curso do processo histórico, a classe capitalista se apropria da instituição estatal (as revoluções burguesas do século XVIII não são outra coisa senão isso, ou seja, a classe capitalista se apropriar da instituição estatal para que esta defenda seus interesses de classe). Mas, além do Estado, a burguesia também cria outras instituições: sindicatos patronais, organizações internacionais multilaterais (ONU, OMC, FMI) etc.

Como se vê, estar organizado não é uma escolha individual da qual se possa prescindir. É uma contingência, ou seja, uma imposição colocada a todos pela própria natureza mesma das relações sociais estabelecidas. Interessa-nos aqui somente as organizações operárias. A classe operária, portanto, desenvolveu ao longo de sua história algumas formas de organização (cooperativas, fundos de apoio mútuo, associações por local de moradia etc.). Por economia de espaço e significado nas lutas políticas do proletariado, daremos destaque somente aos sindicatos.

Estas instituições foram criadas pela necessidade de luta dos trabalhadores no início do século XIX. A gana e egoísmo da classe capitalista do contexto impunham à

classe operária as condições de vida mais abjetas (jornadas de trabalho de 12 a 14 horas diárias, salários baixos, inexistência de assistência social, saúde precária etc.). Foi da necessidade de mudar e melhorar estas condições de vida da família operária e as condições de trabalho que os operários se mobilizaram e se articularam criando organizações políticas: os sindicatos foram uma destas organizações.

No curso do processo histórico, os sindicatos foram adquirindo importância e se ampliando como forma de luta dos trabalhadores onde quer que se desenvolvesse a forma de trabalho tipicamente capitalista. No século XIX, onde quer que se instalasse o trabalho industrial, por exemplo, surgia como resposta em prazo mais ou menos curto, a criação de sindicatos a fim de colocar certa barreira ao egoísmo e ganância da classe capitalista.

Os sindicatos sempre se caracterizaram por dois elementos: a) negociar junto aos capitalistas e ao estado o valor da força de trabalho, ou seja, dos salários; b) lutar por melhorias nas condições de trabalho, redução da jornada de trabalho etc. Desde o século XIX se aponta que os sindicatos são organizações de luta dentro da sociedade capitalista, que se limitam a reivindicar melhoras nesta sociedade, sem apontar para a necessidade de superar a própria sociedade capitalista¹.

Contudo, em seu início, os sindicatos eram organizações de operários, controlada por operários, para defender os interesses imediatos dos operários. Eram, via de regra, organizações ilegais, não permitidas, nem regularizadas pela instituição estatal. Isto conferia a estas instituições uma certa radicalidade. Com o próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a passagem do regime de acumulação extensivo² para o intensivo,

¹ Marx (1980) já havia observado o caráter de negociador do valor da força de trabalho dos sindicatos, embora ainda reconhecendo sua importância. No século XX, sobre após a década de 1920, a crítica aos sindicatos e ao sindicalismo em geral se tornou clara, sobretudo pelos autores que ficaram conhecidos como Comunistas de Conselhos (MAIA, 2016a). Um de seus principais representantes, Pannekoek (1977) desferiu sérias críticas ao sindicalismo, colocando-o definitivamente na lixeira da história das lutas operárias. Uma síntese das principais concepções de sindicato pode ser encontrada em Silva (2013). Uma crítica ao sindicalismo, demonstrando como passaram de instrumentos de luta operária a instituições burocráticas utilizando a teoria dos regimes de acumulação como referência, pode ser encontrado em (MAIA, 2016b)

² Primeira fase do modo de produção capitalista. Inicia-se no século XVIII e vai final do século XIX. O Regime seguinte é o intensivo. Inicia-se no começo do século XX e vai até a Segunda Guerra Mundial. O terceiro é o regime de acumulação conjugado. Inicia-se após a Segunda Guerra e se estende até a década de 1980. O

houveram mudanças significativas na organização sindical. Deixaram de ser pequenas e combativas organizações de operários e passaram a ser grandes e importantes instituições desta sociedade, regulamentadas pela legislação estatal, reconhecidas pelo estado, passaram a administrar recursos milionários, imprensa, clubes de recreação etc.

Para que a administração de todas estas coisas se efetivasse, desenvolveu-se uma classe de dirigentes que podemos denominar de burocracia sindical. Esta classe não é mais a classe operária organizada nos sindicatos. É uma classe social distinta, que fala em nome dos operários e sobre eles exerce seu poder. A burocracia sindical é, portanto, uma fração da burocracia enquanto classe social. Esta burocracia adquire interesses próprios, às vezes antagônicos aos dos operários aos quais ela afirma representar. A luta de classes torna-se, portanto, mais complexa ainda. Os operários devem, a partir deste momento, lutar contra a classe capitalista, contra a burocracia estatal e agora também contra a burocracia sindical.

A burocracia sindical é um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento da luta de classes operária, pois tende a colocar os operários em estado de passividade, restringindo a ação destes a levantar o braço durante as votações nas assembleias. As assembleias sindicais deixaram de ser o local no qual os operários definem os rumos da luta, as formas de ação etc. e passaram a ser mero instrumento do sindicato para legitimar sua hegemonia sobre os trabalhadores.

Os últimos suspiros do sindicalismo como forma de luta radical ocorreu em alguns países onde se desenvolveu o que ficou conhecido como sindicalismo revolucionário. Esta tendência do sindicalismo teve importância no Brasil, Argentina, Itália, França, Estados Unidos, Espanha etc. até aproximadamente final da década de 1930. Com o fim do regime de acumulação intensivo (Segunda Guerra Mundial) e início do regime de acumulação conjugado (1945 a 1980) e no regime de acumulação atual, o integral (1980 até os dias correntes), as instituições sindicais tornaram-se completamente burocráticas e burocratizadas. No mundo inteiro, deixaram de ser instrumentos de luta dos trabalhadores e passaram a ser instituições que controlam, subordinam, dominam os

regime de acumulação atual inicia-se na década de 1980 e prossegue até os dias de hoje e é denominado regime de acumulação integral, fase neoliberal do capitalismo.

trabalhadores. Hoje em dia, os sindicatos são instituições contrarrevolucionárias por definição. Devem ser combatidas e não conquistadas.

Diante disto, os operários desenvolveram outras formas de luta que necessariamente prescindem dos sindicatos e, na maioria das vezes, combatem e lutam contra eles. Estas formas de auto-organização dos trabalhadores assumem várias formas: assembleias, greves selvagens (deflagradas apesar e muitas vezes contra o sindicato), comitês, comissões ou comandos de greve e em momentos revolucionários surgem os conselhos operários, que se organizam por local de trabalho, mas seu princípio tende a se generalizar para o conjunto da sociedade estabelecendo conselhos e assembleias nos bairros, escolas, universidades, bancos, comércios etc.

Estas formas de auto-organização são uma criação dos próprios trabalhadores. Ao terem que defender seus interesses de classe, os operários tendem a se organizar politicamente. A luta individual contra o capitalista é estéril e culmina com a demissão. Agir coletivamente, para os trabalhadores, não é uma escolha. É uma imposição colocada a eles pela própria natureza das relações sociais às quais estão submetidos. Quando começam a agir coletivamente, percebem que lutam contra os patrões, mas também, no curso da luta, desenvolvem a consciência de que também seus sindicatos não mais defendem seus interesses, contrariamente ao que afirmam os sindicalistas e vários ideólogos. Assim, lutar contra os sindicatos torna-se também uma imposição que a própria luta coloca aos operários.

É neste momento que se formam os comandos de greve (também chamados de comissões ou comitês de greve). Estas organizações, diferentemente dos sindicatos, não são instituições regularizadas, regulamentadas. Também não são instituições que representam toda uma categoria de trabalhadores. Estas organizações novas não são uma classe de diretores que fala em nome dos trabalhadores, ou seja, não são uma burocracia que sobre os trabalhadores delibera. Pelo contrário, são os próprios trabalhadores auto-organizados, agindo coletivamente em defesa de seus próprios interesses.

Como é perceptível, há dois tipos de organização claramente estabelecidos. As instituições burocráticas e as formas de auto-organização. Fazemos a distinção entre

instituição e formas de auto-organização, pois as instituições são formas de organização burocráticas, bem como são regulamentadas pela legislação vigente, ou seja, são reconhecidas pelo Estado. O termo instituição remete a exatamente isto, ou seja, são formas de organização que instituem, que fazem parte da constituição, instituição desta sociedade. São burocráticas porque fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. A burocracia (a direção do sindicato, do partido político, da escola, da universidade, do estado etc.) dirige, controla, submete e subordina, por diferentes meios, os dirigidos.

As formas de auto-organização, pelo contrário, não são parte instituinte desta sociedade. São, na verdade, a formação de comunicação, ação e diálogo que se contrapõem às relações estabelecidas. Apresentam, portanto, uma potencialidade revolucionária. São organizações autônomas (ou seja, não estão submetidas a nenhuma instituição estabelecida: partido, sindicato, estado etc.), horizontais (ou seja, não existe em seu interior nenhuma camada dirigente que delibera sobre os demais) e igualitárias (ou seja, todos em seu interior tem o mesmo poder de voz, de voto e de assumir as funções de execução das atividades da organização).

São as organizações autônomas, estas formas de auto-organização que apontam para processos de transformação verdadeira das relações sociais capitalistas. Nenhuma instituição (partido político, sindicato, estado etc.) deseja ou tem condições de efetivamente apontar para uma transformação revolucionária da sociedade. Contudo, somente chegar até o nível autônomo das lutas é insuficiente. É necessário dar o passo seguinte, ou seja, galgar o estágio autogestionário. Além de alcançar a autonomia, horizontalidade e igualitarismo dentro da organização para lutar por interesses imediatos (aumento de salário, revogação de leis, melhores condições de trabalho etc.), é fundamental apontar para a criação de novas relações sociais, ou seja, abolir o modo de produção capitalista. Quando as lutas chegam neste estágio, estamos no olho do furacão de um processo revolucionário.

A organização estudantil I: institucionalização e burocratização

Guardando as devidas proporções e as diferenças inerentes à luta dos trabalhadores e dos estudantes, também as organizações estudantis seguiram caminho semelhante às instituições sindicais. Da mesma forma que os sindicatos, as instituições

estudantis caracterizam-se pela conformação de uma semiburocracia³ em seu interior, que ao invés de fazer a luta estudantil avançar, pelo contrário, limita-a.

Uma descrição de alguns momentos de desenvolvimento, por exemplo da União Nacional dos Estudantes – UNE no Brasil nos ajuda a compreender este processo. A UNE foi a primeira organização estudantil estruturada em âmbito nacional. Sua fundação se dá em meados dos anos de 1937, como resultado direto da necessidade de uma melhor organização do movimento estudantil (que até então era incipiente em projeções políticas nacionais) e resultado do acúmulo de reflexões e força dos blocos sociais na trama política daquele momento. Nesta época, além da UNE, existiam outras entidades estudantis (como a Casa dos Estudantes, por exemplo), mas estas objetivavam tão-somente atividades recreativas, culturais e desportivas; não havia, portanto, uma atuação que mobilizasse e articulasse os estudantes em ações políticas que influenciassem tanto o sistema educacional quanto as questões políticas nacionais no geral. A UNE é também resultado dessa lacuna política por parte das entidades estudantis.

O vínculo da UNE com o Estado é percebido desde a sua fundação: uma das primeiras ações da entidade foi a campanha pelo reconhecimento pelo Governo Federal como entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros, pedindo que lhe fosse concedido, através do Ministério da Educação e Saúde, uma subvenção anual de 30 contos para a realização do seu conselho. Mas é somente entre 1939 a 1942 que este reconhecimento é feito pelas autoridades federais, em meio a concessão de honrarias ao presidente Getúlio Vargas (que inclusive foi o presidente de honra do primeiro conclave da entidade) e demais autoridades políticas (interventores estaduais, ministros e reitores) daquela época que compunham o Governo varguista. A escolha por este reconhecimento da entidade por parte do Governo Federal e de uma linha política de conciliação-negociação com o Estado, em que pese a composição social dos estudantes que compunham a construção e fundação da UNE, se dá, sobretudo, pelos militantes da juventude do PCB em alinhamento às diretrizes do partido e de setores juvenis udenistas,

³ Nem todos os elementos definidores da burocracia enquanto classe social estão presentes na semiburocracia estudantil, como, por exemplo, a remuneração salarial, sendo, na maioria das vezes, inexistente nas instituições estudantis. É necessário aprofundar mais esta discussão para estabelecer o verdadeiro caráter das direções estudantis e suas semelhanças e diferenças com a classe burocrática.

ligados a União Democrática Nacional (UDN). Este reconhecimento normatiza a participação política dos estudantes, conformando-a e energizando as suas ações na dinâmica institucional capitalista, colocando em cheque, inclusive, a autonomia e independência da entidade frente ao Governo de Vargas que, naquela época, devido às suas políticas populistas e de conciliação de classes, propunha a cooptação de setores-chaves da sociedade civil brasileira.

Não é nosso intento aqui descrever pormenorizadamente a história e as ações e mobilizações políticas da UNE, vamos destacar apenas algumas destas. Para fins didáticos, iremos separar a história da UNE entre: o seu início, construção e consolidação enquanto organização mobilizadora de estudantes, que vai de sua fundação até o início da ditadura militar em 1964; o seu desmantelamento e ilegalidade na época da ditadura militar, que vai do início de 1964 até a redemocratização do país; a sua reconstrução e volta à legalidade, que vai de 1979 até 2002; e por fim, o seu tempo atual, que é a fase de sua satelitização por parte do estado, ponto máxima de sua burocratização e cooptação por parte dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que vai de 2002 até os dias atuais.

Na primeira fase da entidade, o que se tem é a organização das federações estudantis nos estados brasileiros e a articulação entre elas, o estabelecimento de relações com entidades internacionais (Confederação Internacional dos Estudantes e a União dos Estudantes da América) e as iniciais mobilizações estudantis em torno de questões políticas. Inicialmente, sem muitas forças, as mobilizações da UNE giravam em torno de questões pontuais, como a legalização dos jornais estudantis, a taxa escolar e etc. Mas é a partir de 1939 que começa a ter uma ressonância maior no meio estudantil e despertar o interesse nacional pela entidade, sobretudo a partir das mobilizações em torno da 2ª Guerra Mundial e a luta contra o nazifascismo, que foram fundamentais para pressionar o Estado-Novo de Getúlio Vargas a ingressar na guerra ao lado dos Aliados e acabar com a dubiedade que tinha em relação aos países do Eixo. A campanha “O Petróleo é Nosso”, também tendo a entidade como uma de suas organizadoras, obteve apelo popular e emplacou na criação da Petrobrás. No campo da educação, o debate sobre a reforma universitária e a formulação da LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação) também tiveram contribuições por parte dos estudantes organizados sob a

UNE. Com o crescimento da UNE, as várias forças políticas começaram a perceber o seu potencial mobilizador e sua influência na política brasileira.

É por esse motivo que diversos partidos políticos e forças políticas começam a disputar a entidade, buscando sua hegemonia: O Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional Democrática (UDN), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), as tendências católicas, a Direita sob orientação ideológica norte-americana, independentes e etc. Cada uma dessas forças, ao disputarem e eventualmente ganharem a presidência e diretoria da UNE, buscam, a partir de suas orientações políticas, ditar uma linha política dentro da entidade.

O último presidente da UNE antes do Golpe Militar em 64 é José Serra (ex-governador de São Paulo e atual Ministro das Relações Exteriores do País no Governo Temer). Em sua juventude, ligado à militância católica da Ação Popular (AP), chegou à presidência da entidade com 95% dos votos no CONUNE. Colocamos em evidência a presidência de José Serra para demonstrar como a UNE, desde os seus “tempos de ouro”, já corroborava a sua atual marca que é o do trampolim político, onde grande parte de seus ex-presidentes e diretores participam na gestão do estado (em cargos executivos, legislativos e etc.). Nessa época, início dos anos 60, Serra foi eleito com os seguintes pontos: a luta pela defesa da ampliação das liberdades democráticas; defender a adoção do Governo de medidas que guardassem os interesses nacionais; luta pela reforma universitária e mais amplamente a reforma do sistema de ensino, visando a democratização do acesso às escolas e a sua adequação à realidade do desenvolvimento do país; e, por fim, a defesa de autodeterminação dos povos e uma política externa independente para o país. Ironia à parte, não é difícil perceber que sua ação, ao ingressar na política, foi e é de franca contradição com suas teses defendidas na juventude.

Com o Golpe Militar em 64 e a supressão dos direitos políticos e a ampliação da repressão, a UNE é jogada na ilegalidade e suas lideranças caçadas pelo Governo. A primeira ação dos militares é incendiar a sede da UNE no RJ e perseguir o movimento estudantil em sua totalidade, posto que este movimento fosse considerado um dos mais mobilizadores na época na resistência contra o Golpe. O Governo desarticulou o movimento estudantil ao fechar todas as entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE's), Centros Acadêmicos (CA's) e os Diretórios Acadêmicos (DA's). A

intervenção do Governo também se dá no espaço universitário: expulsando os estudantes, cassando registro de professores acusados de comunistas e nomeando interventores como chefes de departamentos. É promulgada a Lei 4.464/64, que através do seu artigo 22, extingue a UNE, sob a acusação de “[...] servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais”. A partir daqui, a UNE é dissolvida com a Lei Suplicy. Tanto o bloco progressista quanto o bloco revolucionário são obliterados politicamente pela ditadura, impelindo os militantes a fugirem para outros países ou continuar no país na ilegalidade e sofrendo perseguições. Mesmo na ilegalidade, no início da ditadura, a UNE resiste e ainda continua suas ações, mas muito de seus diretores são presos e torturados, criando uma crescente desmobilização até a sua dissolução enquanto entidade organizada.

Este período da UNE é a fase mais radical da entidade, sendo inclusive admirada e vista com nostalgia por muitos militantes do movimento estudantil. É nesta época que ocorre a morte do estudante secundarista Edson Luís dentro do restaurante estudantil Calabouço, causando uma comoção geral entre os estudantes e sendo o estopim para as massivas manifestações de rua dos estudantes no ano de 1968 (época de grande radicalidade política por parte da juventude no mundo todo, especialmente na França e nos Estados Unidos). Alguns setores do movimento estudantil, sem poder mais agir na legalidade, optam pela luta armada, tal como a Guerrilha do Araguaia. O último presidente da UNE deste período, Honestino Guimarães, é preso e morto pelos militares; depois disso, ocorre uma desmobilização do movimento estudantil devido à intensa repressão com o AI-5 (Ato Institucional).

É só a partir de 1979, com uma parcial abertura política por parte dos Governos militares que começa a esboçar uma rearticulação da UNE enquanto entidade representativa e do movimento estudantil no geral. Em 1985, Sarney assina a Lei nº 142 que legitima a UNE novamente como entidade nacional de representação dos estudantes e reconhece as demais entidades estudantis. Com a abertura política e a redemocratização do país, a UNE começa uma nova fase de sua história.

A combatividade e radicalização do movimento estudantil experimentados na época da ditadura militar dão lugar a uma completa conformidade à dinâmica do Estado.

A UNE é hegemônica nesse processo. Participa de forma enérgica da reconstrução “democrática” do país nos moldes institucionais capitalistas, esvaziando as ruas e o trabalho de base em detrimento das reuniões de cúpula com os burocratas do estado. Começa-se a cristalizar, portanto, um processo de intensa burocratização e o aparecimento daquilo que chamaremos de semiburocracia estudantil no seio do movimento. Igualmente com o avanço da burocratização, há o avanço também da cooptação, aparelhamento das entidades por partes dos partidos políticos e da satelitização do estado. Essa conformação e falta de combatividade é percebida durante o avanço da redemocratização do país: mesmo em parcial oposição aos Governos de Sarney, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, a UNE não procura radicalizar suas posições e independência, buscando sempre a negociação entre cúpulas (de um lado os dirigentes burocratas estudantis e, do outro, a burocracia estatal.).

Com estas medidas, há um esvaziamento do movimento estudantil no geral, posto que a UNE era onde hegemonicamente o movimento estudantil se mobilizava e se articulava em nível nacional. Isto é percebido já em 1989, exposto pelo jornal QUARUP, uma das mídias estudantis da época:

[...] há um grande fosso entre a UNE e os estudantes, [...] para definirmos nosso projeto, precisamos trabalhar para reaproximar da UNE todos os estudantes que trabalhem organizados em entidades ou não [...] Está dada a necessidade de uma entidade nacional que represente, de fato, os estudantes, nas suas mais diferentes e legítimas formas de expressão (QUARUP, set/89: p. 9).

A última mobilização da UNE que teve certa ressonância é feita em 1992 com o *impeachment* de Fernando Collor de Melo nas manifestações que ficaram conhecidas como Caras-Pintadas. Depois disso, são pontuais e específicas as ações políticas da UNE, cumprindo o papel de tão-somente reproduzir aquilo que os partidos políticos (especialmente PCdoB e PT) ditam para as suas juventudes (UJS, etc.), que disputam a hegemonia da UNE e respeitar a ordem capitalista sem fissuras e radicalidade em suas mobilizações. Mobilizações estas feitas, quase sempre, devido à pressão da base estudantil e não por seus dirigentes, que tentavam a todo custo, manter o diálogo e negociação com os Governos neoliberais desta época.

A nossa reflexão aqui nos leva a perceber que a base social que impulsiona os dirigentes da UNE estavam agarrados à institucionalidade capitalista devido a um objetivo não enunciado em seus discursos: a construção de uma candidatura viável para a presidência da república (no caso a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva que compunha o bloco progressista na época).

Depois de quatro eleições, o PT (e sua base aliada) em 2002, consegue eleger Lula como presidente da república. A construção da viabilidade da vitória de Lula se deu pela articulação entre os movimentos sociais (sendo a UNE uma das organizações mais empenhadas nesse processo) e as alianças feitas com setores da burguesia (cristalizada nas negociações e alianças com o PDMB, Bancos, Indústrias e etc.).

Neste momento histórico, a UNE deixa o campo da oposição política aos Governos para uma franca e direta relação de colaboração e negociação amistosa com o Governo Lula. Se antes havia uma mínima oposição, mesmo que circunscrita nos moldes institucionais burgueses, agora há uma direta e descarada colaboração com o Governo instituído. Uma louvação e verdadeira apologia aos programas sociais do Governo. A UNE, hegemonizada há quase 30 anos pela UJS (juventude do PCdoB e principal base aliada do PT em seus Governos), transforma-se em uma grande máquina de propaganda governamental, buscando reproduzir e conciliar os interesses do Governo com as mobilizações estudantis.

A UNE, nesse período, perde sua independência financeira diante dos recursos milionários recebidos pelo Governo; usurpa a “representatividade” da entidade ao defender projetos e posições políticas do Governo sem consultar a base; reduz gradualmente seus GT’s nos congressos (CONUNE) e implementa dezenas de painéis com representantes do Governo (ministros, secretários, deputados, etc.); defende categoricamente as políticas educacionais dos governos petistas (sobretudo a reforma universitária, fazendo concessões históricas do movimento estudantil).

Em síntese, a UNE, a partir dos governos petistas, torna-se uma grande organização (para não dizer uma secretaria dentro do Governo) que contribui para a desmobilização e amortecimentos dos conflitos estudantis. Não há uma única mobilização feita pela UNE nesse período (excetuando as manifestações em defesa do

Governo, a propósito do escândalo do mensalão). Há um descolamento total entre os dirigentes da entidade com os estudantes em geral. A quase totalidade dos ex-presidentes e diretores da UNE durante esta época são lançados a candidatos em diversas esferas políticas (em todos os âmbitos: federal, estadual, municipal), demonstrando que para além do projeto social desmobilizador da juventude e dos estudantes, há também o interesse individual dos dirigentes em galgar o trampolim político.

No quadro a seguir, mostramos a relação dos ex-presidentes da UNE durante os governos do PT e o seus respectivos cargos ocupados atualmente. Muitos destes, como podemos evidenciar, veem a presidência da UNE como uma oportunidade de ascensão política, obtendo tanto ganhos pessoais (cargos, sobretudo) e ajudando na reafirmação das diretrizes políticas de seus partidos.

NOME	PERÍODO DO MANDATO DA UNE	CARGOS OCUPADOS
Gustavo Petta	2003/2005	Vereador, Secretário de Esporte e Lazer, ambos por Campinas e Deputado Federal. (PCdoB)
Lúcia Stumpf	2007/2009	Filiada ao PCdoB. Seguindo carreira acadêmica, doutorando pelo IEB/USP.
Augusto Chagas	2009/2011	Gabinete da Liderança do PCdoB na Assembleia Legislativa de São Paulo
Daniel Iliescu	2011/2013	Candidato a Vereador em Petrópolis pelo PCdoB (Não conseguiu ganhar)
Virgínia “Vic” Barros	2013/2015	Filiada ao PCdoB. Advogada.
Carina Vitral	2015/2017	Candidata a prefeita da cidade de Santos pelo PCdoB (Não conseguiu ganhar)

Fonte: Página da UNE e Currículo Lattes dos ex-presidentes.

A UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e as UEE'S (União Estadual dos Estudantes) seguem a mesma lógica da UNE. A lógica organizacional da UNE se estrutura essencialmente a partir dos moldes burocráticos e aqui se encontra seus limites para a luta radical dos estudantes. Não é possível fazer o novo reproduzindo o velho. É justamente por isso que a partir dos anos 2000, com a cristalização da entidade enquanto uma instituição burocrática que os estudantes em luta, radicalizados e com perspectivas revolucionárias, abandonaram essas entidades e começaram a galgar e gerir suas lutas em auto-organizações de forma autônoma, independente e apartidária (mas não ainda antipartidárias).

A organização estudantil II: da auto-organização à Autogestão Social

Como é perceptível, as instituições estudantis assumem nos dias de hoje o papel de impedir um real avanço da luta da juventude. Suas formas de organização, suas ações, seus vínculos com as demais instituições burocráticas (Estado, governos, partidos políticos, sindicatos etc.) só atestam nossa afirmação. No caso brasileiro, a União Nacional dos Estudantes - UNE, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, as várias uniões estaduais e municipais de estudantes são a maior demonstração deste processo de degeneração, ou seja, burocratização da organização estudantil.

Também, nas escalas menores, inclusive muitas vezes para legitimar as ações das cúpulas destas instituições, os grêmios nas escolas secundárias, os centros acadêmicos dos cursos universitários e os diretórios centrais de estudantes – DCE's acabam por reproduzir na escala micro da escola, do curso universitário ou da universidade como um todo, a mesma lógica burocrática. O que estamos aqui a chamar de lógica burocrática é a divisão fundamental entre dirigentes e dirigidos característico de todas as instituições burocráticas. Contudo, no âmbito dos grêmios estudantis e dos centros acadêmicos, devido à proximidade das diretorias destas organizações aos estudantes aos quais representam, a falta de recursos financeiros e de pessoal torna o poder destas organizações bastante limitado. Por isto existe uma possibilidade ainda de se recuperar tais organizações e torná-las efetivamente lugares de discussão, ação e deliberação estudantil.

Os DCE's já tornam isto mais difícil e esta instituição já assume um caráter burocrático mais claro e difícil de ser anulado. Por exemplo, em uma instituição universitária com campus espalhados por várias cidades, torna a direção do DCE afastada das demais cidades distintas da sede da entidade estudantil. Assim, se a sede é na capital de um determinado estado, por exemplo, os estudantes dos campus do interior terão pouco ou nenhum contato com a diretoria de seu DCE. Esta diretoria tomará decisões por sobre os estudantes, fará acordos e discussões que estes não participaram e nem deliberaram sobre elas. Como se vê, a própria natureza representativa do DCE já o torna burocrático por definição.

Nos dias de hoje, no Brasil, estas instituições estudantis são disputadas por correntes políticas e partidárias já bem definidas: PT, PCdoB, PCB, PSTU, PSOL, PSDB (sobretudo as juventudes destes partidos) etc. e grupos menores que não são partidos propriamente ditos, mas tem concepções burocráticas. Estas várias correntes se digladiam durante os períodos eleitorais e tentam promover um debate político mais ou menos acirrado entre si. A grande maioria dos estudantes dá pouca atenção a tais disputas, bem como a tais instituições. Realiza-se o pleito eleitoral, uma ou outra chapa é eleita. A vencedora se apropria dos recursos da entidade, tenta organizar algumas ações, geralmente inócuas, reproduzem o discurso do partido majoritário na chapa eleita dentro do DCE etc. Segue esse fluxo até o próximo pleito eleitoral, momento no qual a história se repete, mas agora, como farsa, como tragédia, como miséria política absoluta.

Portanto, as grandes instituições: UNE, UBES, uniões estaduais e municipais de estudantes devem ser combatidas, pois já não mais expressam os interesses estudantis, mas sim dos grupos políticos que hegemonizam a instituição. Também os DCE's, devido seu caráter burocrático e ao tipo de atividade que os grupos políticos de concepções também burocráticas exercem em seu interior, são instituições a serem recusadas e combatidas pelo conjunto da juventude estudantil.

Os centros acadêmicos nas universidades e os grêmios estudantis nas escolas secundárias são ainda possíveis de serem recuperados pelos estudantes e colocados em ação. Contudo, dois pontos devem ser ressaltados:

1) a ideologia da representação, concepção política burguesa, domina a consciência política da esmagadora maioria das pessoas, logo, também dos estudantes. Os centros acadêmicos e grêmios estudantis acabam por se tornar instituições representativas, que falam em nome dos estudantes. A possibilidade de se tornarem completamente autonomizadas e se converterem em um poder sobre os estudantes é bastante difícil, devido às características que já apontamos. Contudo, por se colocarem como entidades representativas, acabam por desobrigar os demais de assumirem a luta e colocar o poder de discussão e decisão política nas mãos da diretoria. Este é um princípio da política burguesa que se reproduz em todos os níveis da sociedade, inclusive em nichos tão micro como o da escola ou do curso universitário. Para se constituir um centro acadêmico ou grêmio mais combativo, uma prerrogativa, não única, mas importante, é esta: suprimir a ideia de que o grêmio ou centro acadêmico é uma instância representativa e afirmar a tese de que ele deve ser um local de discussão, deliberação e ação direta do conjunto da categoria em questão.

2) o primeiro passo é a rejeição da ideologia da representação. Dado este passo, o seguinte é conclusão necessária: se a representação é refutada como forma de luta, a ação direta se apresenta como alternativa. Contrariamente à concepção política burguesa, fundada na ideologia da representação, segundo a qual delega-se a um terceiro o fazer e a ação política, a ação direta pressupõe cada um assumir no coletivo a ação política. Todas as instituições estabelecidas (estado, partidos políticos, sindicatos, instituições estudantis, sindicatos etc.) são fundadas no princípio da representação política: elege-se o representante e este age em nome dos representados por um período de tempo determinado. Este método de luta só serve à própria institucionalidade burguesa. A ação direta, pelo contrário, ao rejeitar tal princípio, coloca a necessidade de os próprios sujeitos assumirem a luta por outros métodos organizativos que não os burocráticos. Segundo Anton Pannekoek, em seu clássico *“Os Conselhos Operários”*, afirma que a ação direta: “(...) é a ação dos trabalhadores, a que não passa pelas burocracias sindicais. Chama-se ‘selvagem’ (ilegal ou não oficial) a greve por oposição às greves decididas pelos sindicatos respeitando regulamentos e leis (...)” (PANNEKOEK, 1977, p. 103). Refere-se Pannekoek à luta operária. Transpondo-se o princípio descrito por ele à luta estudantil, a validade da afirmação torna-se óbvia. Os estudantes devem tomar

em suas próprias mãos a luta e não deixá-la nas mãos das instituições estudantis. Mais à frente, Pannekoek afirma: “A decisão e a ação, ambas coletivas, são uma única e mesma coisa” (PANNEKOEK, 1977, p. 104). Expressa-se aqui o elemento fundamental da ação direta: executa quem decide e decide quem executa, ou seja, rompe-se definitivamente com o princípio burocrático da divisão entre dirigentes e dirigidos, ou seja, entre quem decide e quem executa. A ação direta é, portanto, o fundamento de qualquer ação política verdadeiramente radical.

Deste modo, se o centro acadêmico e o grêmio conseguem em alguma medida romper com a ideologia da representação e conseguem realizar ação direta junto aos estudantes aos quais estão vinculados, tornam-se importantes métodos de luta. Se simplesmente seguem as normas impostas a eles pelas instituições universitárias e escolares, se tornam-se instituições aparelhadas por partidos políticos, se tornam-se meros grupos que dizem representar os estudantes e nada conseguem fazer em termos de mobilização real e efetiva, tornam-se tão estéreis quanto as demais instituições burocráticas e devem, portanto, ser rejeitadas e combatidas.

Outra possibilidade é a criação de organizações novas, que não são nem centro acadêmico, nem grêmio estudantil, bem como já significam um rompimento definitivo com as demais instituições burocráticas (UNE, UBES, DCE's etc.). Estas organizações novas assumem várias formas e se constituem historicamente por diferentes vias. Podem surgir: a) da necessidade urgente de mobilizar estudantes em determinada escola ou universidade contra diretorias, secretaria de educação, professores autoritários, aprovação de leis que prejudiquem a educação e os estudantes etc.; b) da afirmação da autonomia de determinado seguimento estudantil perante suas burocracias, ou seja, se desenvolvem como contraponto às instituições estabelecidas; c) da iniciativa consciente de alguns estudantes em organizar-se sem se instituir, ou seja, sem formar instituições burocráticas; d) da necessidade de articular lutas que surgem espontaneamente em vários lugares ao mesmo tempo, como, por exemplo, as ocupações de escola em 2015 em São Paulo e Goiás, que culminaram na criação de coletivos que se formaram na luta e para conduzir a luta, bem como permaneceram organizados após o arrefecimento dos conflitos.

Estas organizações novas começam a povoar a mentalidade da juventude em geral e dos estudantes em particular hoje no Brasil. A elas, dá-se o nome de “organizações autônomas”. Antes de prosseguir, uma palavra sobre isto. Karl Jensen (2015), ao discutir o desenvolvimento da luta operária, afirma que ela passa pelos seguintes estágios: a) lutas espontâneas. Neste estágio, a luta é geralmente individual, não se manifesta em forma discursiva, é mais uma prática que demonstra uma rejeição ao trabalho alienado. Espontaneamente, o trabalhador nega o trabalho que o espolia, mesmo sem ter consciência disto. Por exemplo, a falta ao trabalho sem motivo que o justifique, o absentéismo, a prática de “cozinhar galo”, ou seja, demorar em executar determinada atividade, fugir do posto de trabalho etc.; b) o segundo estágio, as lutas autônomas, ocorre quando os trabalhadores começam a se articular, a se organizar. A luta já não é mais meramente uma prática individual de negação do trabalho, mas sim uma decisão coletiva, uma ação na qual já se desenvolve a comunicação entre os trabalhadores. Já aparecem o panfleto, a assembleia, a greve etc. Neste estágio, os trabalhadores já negam em partes as relações estabelecidas, reivindicam determinadas coisas como aumento de salário, melhores condições de trabalho; já negam as instituições burocráticas como partidos políticos, sindicatos, políticos profissionais que tentam se aproximar a fim de angariar votos etc. c) o terceiro estágio é o das lutas autogestionárias. Os dois primeiros estágios caracterizam-se mais pela negação das relações estabelecidas. As lutas autônomas, além de negarem a hierarquia dentro da empresa, negam também as instituições burocráticas (partidos e sindicatos) e afirmam outro tipo de organização no lugar. As lutas autônomas já são um nível mais avançado da organização e luta operária, contudo, ainda não vislumbram a destruição do modo capitalista de produção. Quando isto acontece, ou seja, quando se afirmam no lugar das relações capitalistas, outras relações sociais de produção e de sociabilidade como um todo, são aqueles momentos convulsivos da história denominados de revolução. As lutas autogestionárias, portanto, pressupõem também um nível já avançado de consciência de classe na qual a classe operária além de negar as relações capitalistas, afirma em seu lugar, por meio de suas organizações, outras relações sociais, as relações comunistas ou autogeridas.

Quando se analisa o desenvolvimento da luta dos estudantes, percebe-se algo semelhante ao descrito acima. Via de regra, também a luta estudantil passa pelos três estágios. Contudo, para sua chegada ao estágio autogestionário, ou seja, revolucionário, a juventude estudantil deve se aliar ao proletariado. Sozinha, isoladamente, é impossível à juventude efetivar o processo revolucionário, ou seja, a derrubada completa da ordem estabelecida. A juventude, como grupo social e os estudantes, por meio de suas organizações, só pode tornar-se revolucionária mediante sua aliança com a classe operária, quando esta também se afirma como sujeito político revolucionário. Neste ponto, a juventude e os estudantes são dependentes da ascensão do movimento operário. Sem que isto ocorra, fica inviável a passagem ao terceiro estágio.

Um exemplo onde isto ocorreu efetivamente foi a revolta estudantil de maio de 1968 na França. Neste período, a juventude estudantil se radicalizou politicamente. Sua luta deu-se paralelamente à ascensão de um movimento operário também radicalizado. A união entre organizações operárias e estudantis, ou seja, da classe operária com a juventude enquanto grupo social culminou em uma grande revolução social na França. Houve formação de conselhos operários, ocupação de universidades e realizou-se em maio de 1968 uma das maiores greves gerais da França etc. Ou seja, um movimento estudantil revolucionário só é possível de se efetivar concretamente enquanto movimento amplo quando o próprio movimento operário coloca-se no cenário das lutas sociais.

Desde o início dos anos 2000 que o movimento estudantil vem se constituindo como um dos setores mais radicais e mais mobilizados politicamente no Brasil. Na esteira de uma plêiade de movimentos sociais que se formam na segunda metade da década de 1990 e começo dos anos 2000, como, por exemplo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN no México, o Movimento Antiglobalização em vários países imperialistas, o Movimento Piqueteiro na Argentina etc. O desenvolvimento destas lutas leva os militantes a recuperar as ideias revolucionárias (anarquismo, comunismo de conselhos, luxemburguismo etc.) favorecendo a criação de uma cultura contestadora. A internet passa a cumprir importante papel na disseminação desta cultura, possibilitando uma maior articulação entre coletivos, bem como a divulgação de textos que antes eram de difícil acesso.

Em 2003 ocorre uma grande manifestação em Salvador, Bahia. Esta manifestação, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu, totalmente protagonizada por estudantes secundaristas, foi uma das primeiras contra o aumento do preço da tarifa de ônibus. Em 2004, movimento análogo ocorre na cidade de Florianópolis. Esta luta ficou conhecida como Guerra da Tarifa ou Guerra da Catraca. Em 2005, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, vários grupos ativistas, indivíduos e coletivos revolucionários se reuniram a fim de criar um movimento de caráter nacional que lutasse contra o sistema mercantil de transporte. Surge nesta ocasião o Movimento Passe Livre. O MPL esforçou-se durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 para tornar a luta pelo transporte coletivo algo nacional. Conseguiu, mesmo que com muita limitação, que tal feito se realizasse. A partir de 2008, o movimento refluí, ficando restrito a poucas cidades e sem grande capacidade de mobilização.

Em 2013, o projeto do MPL, ou seja, de tornar nacional a luta pelo transporte ocorreu, mas não totalmente por obra dele. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foram a realização (espontânea) do projeto inicial do MPL. As lutas de Junho de 2013 são o resultado de um conjunto complexo de determinações que não vem ao caso discutir aqui⁴. O fato é que os princípios e formas de luta e organização delineados pelo MPL estenderam-se pelas manifestações, inclusive à revelia do próprio movimento.

Desde o início de suas ações, o MPL, e na esteira dele várias outras organizações que se formaram posteriormente (Frente de Luta pelo Transporte em Goiânia, Bloco de Luta pelo Transporte em Porto Alegre, vários Comitês de Luta Contra o Aumento que se formaram em várias cidades etc.) estabeleceram como princípios de organização e formas de ação: a) apartidarismo, ou seja, militantes de partidos políticos podem participar das reuniões e ações do movimento, mas o movimento não apoia nenhum partido ou candidato em específico; b) horizontalidade. Quer dizer que no interior do movimento não existe a divisão entre dirigentes e dirigidos, não existem cargos fixos a serem ocupados, ou seja, todos no interior do movimento têm o mesmo poder de voz e voto; c) autonomia. O movimento não é subordinado a nenhuma outra instituição

⁴ Para tanto, conferir a *Revista Enfrentamento especial sobre as ondas de protesto no Brasil*, publicação do Movimento Autogestionário (2013) e o livro de Maia (2016b), “*Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*”.

(partido, estado, sindicato, empresas etc.). Isto implica que o movimento define suas pautas, suas formas de luta, de ação independentemente de todo o poder constituído; d) independência. Como consequência do princípio anterior, para que o movimento seja autônomo, ele deve garantir seus recursos financeiros, de pessoal etc. A autonomia só é garantida mediante a independência.

Com o desenrolar das lutas, sobretudo após 2013, outros foram se somando: ação direta, combatividade etc. Como se vê, o que se desenhou desde o início dos anos 2000 e prossegue até os dias atuais, é uma radicalização cada vez maior da juventude, do movimento estudantil e de outros seguimentos dos movimentos sociais. Nos últimos anos no Brasil, pode-se dizer que as lutas sociais em geral e, sobretudo da juventude, alcançaram o estágio autônomo das lutas. Já é perceptível a negação das instituições burocráticas, já há afirmação de uma luta coletiva, sem lideranças, horizontal, apartidária (embora não seja ainda antipartidária), independente e, portanto, autônoma. Ainda não se desenhou no Brasil o terceiro estágio. O proletariado ainda está no estágio espontâneo de suas lutas, somente em momentos muito específicos passa do estágio autônomo para em seguida retornar ao espontâneo.

Portanto, nos dias atuais, a juventude em geral e o movimento estudantil em particular tem duas grandes tarefas à sua frente: 1) desenvolver sua consciência e suas formas de organização ao estágio autogestionário das lutas, ou seja, deve lutar não só para reivindicar pequenas conquistas dentro do capitalismo. Devem se colocar numa luta cada vez mais consciente e radical para mudar o sistema educacional, romper com as hierarquias socialmente constituídas na escola e no conjunto da sociedade, mas, sobretudo, devem lutar para a abolição da sociedade moderna para estabelecer em seu lugar outra radicalmente distinta; 2) esta imensa tarefa não pode ser desenvolvida pela juventude como grupo social isoladamente. É tarefa, portanto, da juventude em geral e do movimento estudantil e suas organizações em particular, contribuir para um avanço real, concreto do movimento operário. O proletariado ainda dorme o sono dos derrotados. A juventude desperta a cada mobilização que cria. Um esforço consciente da juventude para se aproximar da classe operária e demais classes desprivilegiadas (desempregados, trabalhadores domésticos, terceirizados em geral etc.) pode levar as lutas sociais no Brasil a um nível mais difícil do estado e das empresas recuperarem.

A grande tarefa, portanto, da juventude e do movimento estudantil, é muito mais do que melhorar suas condições de vida dentro desta sociedade, muito mais do que reivindicar melhoras no sistema educacional. Sua tarefa, seu dever de casa consiste, na verdade, em ser um importante aliado do proletariado e demais classes exploradas na abolição da atual sociedade alienada e constituição da Autogestão Social.

Referências

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *A miséria do meio estudantil*. In: *Situacionista: teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad Editora, 2002.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016^a.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Redelp, 2016b.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2^o Edição, São Paulo, Global, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: CHED, 1980.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO. *Revista Enfrentamento: edição especial sobre as ondas de protesto no Brasil*. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013. Disponível em: <http://enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf>, acessado em 22/12/2017.

PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977. [Parte do livro traduzida: PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. Barba Ruiva, 2007.]

SILVA, José Santana da. *Sindicalismo: da expectativa revolucionária à crítica da conformação burocrática*. In: SILVA, José Santana da; BRAGA, Lisandro & MAIA, Lucas (orgs.). *Classes, estado e sindicalismo*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 1^a edição. Rio de Janeiro: Ar Ed., 2014.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Santuário, 2009.